

PS-Açores tinha votado contra Alteração à Lei do Mar aprovada com a abstenção dos três deputados socialistas dos Açores

A Assembleia da República aprovou na Quarta-feira a proposta de lei do Governo que altera a Lei de Bases do Ordenamento do Espaço Marítimo, numa votação em que o PS foi o único grupo parlamentar a votar a favor.

A proposta de lei, que altera as Bases da Política de Ordenamento e de Gestão do Espaço Marítimo Nacional, mereceu os votos contra do PSD, Iniciativa Liberal, Bloco de Esquerda (BE) e PAN, contando ainda com a abstenção do Chega, PCP e Livre.

Na votação abstiveram-se também os três deputados do PS eleitos pelo círculo da Madeira e três dos quatro eleitos pelo círculo dos Açores, onde o PS-Açores tinha votado contra a proposta do Governo de António Costa em parecer emitido no Parlamento regional.

Poucas horas antes, durante o debate já se previa aquele resultado, uma vez que, à excepção do PS, todos os partidos acusaram o Governo de ferir a autonomia das regiões autónomas dos Açores e da Madeira. Visão contrária tem o Governo que, pela voz do Secretário de Estado do Mar, explicou que a proposta de lei cria um segundo nível de ordenação, através da nova figura dos planos de gestão, que “permite a administração flexível e a intervenção das regiões autónomas”.

Por outro lado, José Maria Costa sublinhou ainda que as áreas marítimas protegidas são consagradas como instrumento de ordenamento do espaço marítimo nacional, sendo também garantida a força jurídica necessária no contexto de organização do espaço marítimo para a conservação e proteção de valores naturais.

As explicações iniciais do Secretário de Estado não convenceram, no entanto, a oposição, que recordou os pareceres negativos das assembleias legislativas dos Açores e da Madei-



ra, apresentados em Agosto, e partilhou as preocupações das regiões autónomas. “A proposta tem o mérito de rever a lei, mas as alterações são insuficientes e menosprezam o papel da soberania nacional como um todo e das regiões autónomas”, disse, por um lado, Paulo Moniz, do PSD, eleito pelo círculo dos Açores.

Ao lado, e em representação dos eleitores madeirenses, a deputada social-democrata Patrícia Dantas acusou o Executivo de “desrespeitar as autonomias e abandonar os compromissos que, por muitas décadas, têm funcionado” ao reduzir, no seu entender, o papel daquelas regiões “a um mero órgão de consulta”. Isto porque o diploma exclui das competências das regiões autónomas “casos de projectos ou infraestruturas de relevante interesse para o país”.

Compete às regiões autónomas, assegurada a compatibilidade com a respectiva integração no domínio público marítimo, e salvo nas matérias relativas à integridade e soberania do Estado e nos casos de projectos ou infraestruturas de relevante interesse para o país.

“O Governo da República pode

atropelar toda a pretensão do plano de gestão sem qualquer justificação e possibilidade de contestação”, criticou Pedro Filipe Soares, do BE, defendendo que “quem vive nas regiões autónomas tem de ter um poder principal para poder determinar os destinos daquele mar”.

No mesmo sentido, Bruno Dias, do PCP, afirmou que o debate dá ao Parlamento “a oportunidade de corrigir erros graves, reverter opções políticas ruins e prevenir mais e mais graves problemas” no que respeita às competências dos Açores e Madeira.

À direita, o liberal Rodrigo Saraiva considerou que a proposta em debate “aparece como uma tempestade que surge em alto mar e se dirige à costa, abalroando tudo o que se encontra pelo caminho”, incluindo a autonomia das ilhas na gestão do ordenamento do espaço marítimo, e Rita Matias, do Chega, considerou que as alterações “esvaziavam as competências das regiões autónomas”.

Pelo Livre, Rui Tavares defendeu que a valorização da riqueza das zonas adjacentes aos arquipélagos da zona económica exclusiva portu-

sa deve contar com a colaboração dos Açores e Madeira, enquanto Inês Sousa Real, do PAN, sublinhou, sobretudo, a necessidade de uma Lei do Mar que assegure a conservação do património natural.

Ao lado do Governo, o deputado socialista André Pinotes acusou a oposição de “semear divisões” entre o continente e as ilhas, concordando que a proposta de lei valoriza a autonomia e afirmando que “as alterações foram e continuarão a ser debatidas com o cuidado institucional e respeito pela dimensão autonómica”. Foi ainda aprovado um projecto de lei do PAN que aprova uma moratória que impede a mineração em mar profundo até 2050, com a oposição do PSD, Chega e Iniciativa Liberal e abstenção do PCP.

Francisco César diz que “há margem de negociação”

O deputado do PS-Açores, Francisco César, escreveu a seguinte declaração na sua página das redes sociais: “Ao contrário do que foi anunciado por alguns órgãos de comunicação social a chamada Lei do Mar não foi aprovada na Assembleia da República. Foi aprovada, sim, (chamada votação na generalidade) a sua descida à Comissão Parlamentar respectiva, para discussão e melhoria em sede de especialidade.

Por este motivo e, por haver margem de negociação para introdução de alterações ao diploma que vão ao encontro das pretensões das nossas regiões autónomas respeitando a Constituição, resolvemos, os seis deputados insulares, abstermo-nos na votação inicial. Só depois de todo o processo de apreciação em Comissão Parlamentar, é que se dará a votação final e será nesse momento que definiremos o sentido de voto dos deputados açorianos na República”.

Escolas profissionais têm mais alunos este ano

O número de alunos nas 16 escolas profissionais dos Açores voltou a aumentar pelo segundo ano consecutivo, o que reforça “o optimismo sobre o presente e o futuro do ensino profissional”, informou Quarta-feira o Governo Regional.

Segundo a Secretaria Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego dos Açores, este ano, “são 825 jovens que estão a iniciar o ano lectivo 2023/2024” nas escolas profissionais da Região.

De acordo com a mesma fonte, são “mais 34 [alunos] do que no ano lectivo 2022/2023, integrados em 42 novos cursos de nível IV, mais quatro do que no ano lectivo anterior, de 20 áreas profissionais, in-

cluindo as áreas das economias verde e azul”.

A Secretária Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego, Maria João Carreiro, referiu que os resultados “marcam o arranque do ano lectivo, porque são francamente positivos e reforçam o optimismo sobre o presente e o futuro do ensino profissional nas escolas profissionais”.

Maria João Carreiro, que falava na Escola Profissional INEtese, no concelho de Lagoa, na ilha de São Miguel, sublinhou o facto de este aumento, “pelo segundo ano consecutivo, estar em contraciclo com a redução generalizada do número de alunos no sistema de ensino nos



Açores”.

“O ensino profissional nas escolas profissionais foi a primeira escolha de mais jovens açorianos. Interpretamos essa escolha como a expressão da confiança dos jovens, pais e encarregados de educação numa via de en-

sino que oferece mais-valias inquestionáveis para a empregabilidade ou no acesso ao ensino superior e, simultaneamente, do reconhecimento do trabalho das 16 escolas profissionais na adequação dos cursos aos interesses dos jovens e do mercado de trabalho”, disse a governante.

Citada numa nota de imprensa, a Secretária Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego reiterou o compromisso do Governo dos Açores com uma “política activa, próxima e assertiva” de qualificação e emprego, assumindo que o desafio é “manter ou reforçar” a tendência crescente de novos alunos no ensino profissional oferecido pelas escolas profissionais.